

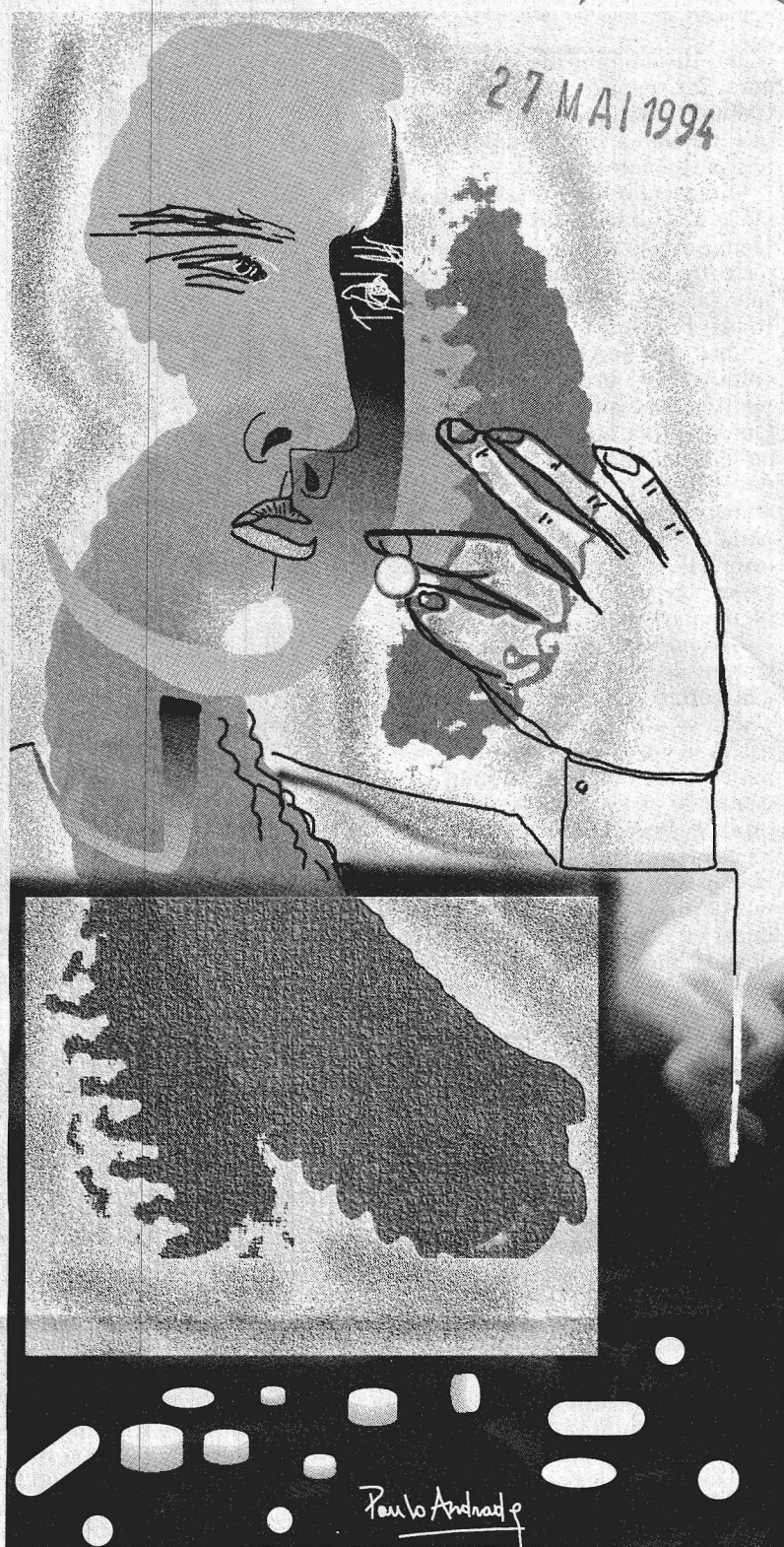
José E. Bandeira de Mello

Os dados de abril da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo mostram que o preço dos medicamentos vem caindo desde o começo deste ano. Tomando-se como referência o mês de abril, constata-se que, enquanto a inflação foi de 46,22%, os remédios foram reajustados só em 36,48%. Tomando-se o semestre como referência, verifica-se que a inflação foi de 657,16% e os medicamentos subiram 638,63%. Esses dados são, por si próprios, uma boa notícia para todo mundo, especialmente para os consumidores de medicamentos. Mas há algo por trás deles que também é muito importante.

Os números refletem o fato de que a indústria farmacêutica, depois de atravessar um processo de recuperação de preços, necessário e inadiável, sentiu-se confiante para mantê-los não só estáveis, mas até mesmo ligeiramente abaixo da inflação. E por quê? Pela razão de ter sido possível retomar o diálogo com o governo, discutir em torno de números confiáveis de parte a parte, conversar sobre os horizontes da economia. O diálogo foi tão eficiente que levou a indústria farmacêutica a ser o primeiro setor industrial a transformar seus preços em URV — sem que tenha havido, depois da **urvização**, qualquer deslize por parte dos laboratórios responsáveis pelo grosso da produção de medicamentos.

O processo de **urvização** e os bons resultados por ele alcançados são mais uma prova da veracidade daquele dito popular que reza que é conversando que a gente se entende. A indústria farmacêutica e o governo têm uma longa pauta de assuntos a tratar, de maneira que ambos possam intervir de modo positivo e eficiente, preservando seus interesses e objetivos, na questão da saúde pública do País.

Um dos assuntos a debater é o Decreto nº 793, que obriga a indústria a destacar a denominação genérica — o nome da substância química ativa — nas embalagens dos medicamentos. A indústria farmacêutica é a favor da utilização dos genéricos, até porque foi ela mesma que os introduziu em todo o mundo. Mas



julga que o decreto em questão contém erros e imperfeições que põem em risco não o seu lucro, como julgam os seus críticos contumazes, mas, isto sim, a saúde do próprio consumidor. Além disso, julga que ele não tem condições de gerar, no mercado brasileiro, uma redução no preço dos medi-

camentos, que é o principal objetivo que seus criadores lhe atribuem. A indústria se propõe a ajudar a melhorar o decreto principalmente nos seguintes pontos:

1) O 793 não estabelece claramente as exigências de qualidade que devem envolver a produção de medicamentos genéricos. Não

basta que eles copiem a fórmula de um medicamento de marca. É preciso que eles tenham o mesmo efeito terapêutico no corpo humano, o que se garante por meio de testes de biodisponibilidade e bioequivalência, que não estão previstos no decreto. E essa falha põe em risco a saúde dos consumidores.

2) A permissão para que o medicamento seja fracionado na farmácia envolve alta dose de risco por duas razões. Uma delas é que não há farmacêuticos suficientes para trabalhar em todas as farmácias do País e esse profissional é necessário para operar o fracionamento. Outra é que o decreto não estabelece normas técnicas para o fracionamento e acondicionamento dos medicamentos manipulados.

3) A indústria considera, também, que o 793 trata a questão da marca dos medicamentos de maneira imprópria, com dispositivos que infringem a legislação brasileira e até mesmo internacional, mas que podem ser modificados sem que se enfraqueçam os objetivos do decreto.

Há outros pontos do Decreto nº 793 passíveis de discussão e temos sugestões para todos eles. O fundamental é que acreditamos que uma política de genéricos deve fazer parte de uma política global de medicamentos para o País, esta inserida dentro de uma estratégia para solucionar os graves problemas de saúde pública que afetam a nossa sociedade. Além disso, temos a consciência de que o medicamento é um bem social e a população deve ter acesso a ele.

Em função de tais crenças, encomendamos à Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, e já os temos em mãos, planos para facilitar o acesso da população carente aos medicamentos, que contemplam a introdução dos medicamentos genéricos no País. Já tivemos até a oportunidade de expor as idéias básicas desses planos ao presidente Itamar Franco, ainda no início do seu mandato. E estamos dispostos a debatê-los com as autoridades e setores da sociedade ligados aos problemas de saúde.

■ José Eduardo Bandeira de Mello é presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifar-ma)